

Introdução à mesa temática “Estudos culturais e de Género”

Cláudia Álvares

Maria João Silveirinha

A mediatização e a culturalização permitiram novas formas de pensar a modernidade, as suas esferas e os seus sujeitos, tendo dado lugar a análises da produção da cultura e das formas pelas quais os sistemas dominantes de produção não só estruturam e constroem conteúdos e efeitos discursivos de sentido, como os estendem ao próprios sujeitos dessas formas culturais. Foi em torno dessas análises que se criaram novos campos do saber com grande afinidades entre si, como os estudos culturais, os estudos de género e, naturalmente, os estudos de comunicação.

A história dos estudos culturais tem percorrido caminhos diversos, desde que o campo se estabeleceu na Grã-Bretanha no final dos anos 70. A influência de Richard Hoggart sobre os estudos britânicos (visível em autores pioneiros como Raymond Williams, mas também Stuart Hall e Paul Gilroy) incluía um olhar politicamente comprometido com a esquerda, criticando a cultura popular como uma cultura de massas produzida pelo sistema capitalista e absorveu muitas das ideias da Escola de Frankfurt sobre as indústrias culturais. O esquema marxista aplicado ao campo cultural implicava sobretudo uma análise dos sistemas de produção de significado, onde a questão do poder surgia sobretudo do lado dos produtores de artefactos culturais. Outras abordagens mais recentes aos estudos culturais afastam-se de uma visão rígida e determinista e concentram-se igualmente nas audiências. A ligação à comunicação é evidente nas análises das práticas culturais do quotidiano, mas alguns autores vêem nestas análises das audiências um afastamento preocupante das questões da economia política que começaram por caracterizar os primeiros estudos (Garnham, 1995).

Uma boa parte dos estudos culturais teve como sua primeira ênfase a cultura, descentrando a comunicação mediática e as suas práticas culturais, económicas e políticas. Muitos dos estudos da comunicação, por outro lado, centraram-se apenas nos circuitos da comunicação, desvalorizando o seu contexto cultural mais vasto (Kellner, s/d). Os estudos de género, pelo seu lado, durante muito tempo tenderam a concentrar-se apenas no sujeito como confluência de exercícios de poder.

Uma abordagem multiperspectivada, como a que nesta mesa se propõe, passa, no entanto, não apenas pela soma parcelar das três componentes, mas por um entendimento de que os processos culturais são práticas comunicativas que necessariamente envolvem os sujeitos, em fluxos centrípetos. Alguns dos fluxos da cultura são claramente visíveis e outros mantêm-se ocultos sob os movimentos de intercepção com as práticas e consumos de uma sociedade saturada de meios de comunicação.

Ainda que não sejam claros os contornos de uma teoria cultural e comunicativa assim construída, um olhar que se quer amplo permite pensar a cultura e a comunicação como um fluxo constante de signos. Para alguns esse fluxo é constante, não permitindo a estabilização, para outros é dialógico e tem como fim último o entendimento.

Devido à abrangência do termo ‘cultura’, os estudos culturais são uma disciplina que se define mais pela sua postura *engagé* relativamente às políticas identitárias da contemporaneidade do que pela especificidade de um objecto de estudo com fronteiras rigidamente demarcadas. Adoptando uma perspectiva cultural que se situa num entrecruzamento da antropologia, da psicanálise e da semiótica, os estudos culturais partem da vivência diária do indivíduo, explorando as narrativas que este constrói no seu quotidiano para compreender a realidade circundante. Essa ‘realidade’ adquire uma dimensão simbólica, na medida em que apenas pode ser percebida através de narrativas revestidas de uma carga ideológica. Os significantes constituídos em torno quer da nossa vivência quotidiana, quer de nós próprios tornaram-se alvo de tentativas de desconstrução por parte de praticantes dos estudos culturais, de modo a chamar a atenção para os efeitos materiais e empíricos de práticas culturais ideológicas. Partindo do pressuposto de que a hermenêutica dá lugar a uma semiótica desconstrutivista, sendo que qualquer significado fixo, transcendente e imutável cede à semiose ilimitada do ‘significante flutuante’, os estudos culturais têm vindo a debruçar-se sobre a temática da significação: qual a razão por que determinadas narrativas, em detrimento de outras, sobrevivem ao longo dos tempos como parte integrante de uma ‘tradição selectiva’ (Williams, 1973) hegemónica?

Qualquer espaço cultural torna-se, sob esta luz, num espaço de ‘esquecimento e de memória’, pois preferimos marginalizar aquelas narrativas que não se coadunam com a narrativa-mestra de definição de nós mesmos. No entanto, para que qualquer narrativa-mestra vingue no âmbito da tradição selectiva canónica terá que incorporar vozes que

lhes são contrárias: a hegemonia não se reduz a uma imposição linear e unilateral mas antes a um processo de negociação constante que envolve a resistência e a incorporação dessa mesma resistência. Edward Said, fundamentando-se nos preceitos de Gramsci, afirmava em *Culture and Imperialism* que a cultura é um meio persuasivo utilizado pelas elites para promover o consentimento relativo ao exercício da sua hegemonia. Tal como Barthes apontara em *Mitologias*, a cultura não é transparente nem destituída de intencionalidade: o grau zero das narrativas culturais revela-se inexistente, pois não existem narrativas ideologicamente neutras.

Os estudos feministas - primeira e principal forma dos estudos de género - e os estudos culturais têm histórias complexas e contraditórias e não existe uma só explicação unificadora e linear.

A forte influência que a teoria feminista exerceu no campo das ciências sociais a partir dos anos 60 reflectiu-se, especialmente a partir dos anos noventa, nos estudos da comunicação. A utilização do “género” como categoria de análise favoreceu a consolidação de um campo de estudo sobre comunicação e género centrado na análise crítica dos meios de comunicação, dos seus discursos e representações dos actores sociais, bem como das relações entre estes.

Do ponto de vista da comunicação, são relevantes as investigações que destacam a construção simbólica do género, o estudo dos sujeitos que se constituem na história, obtendo a sua identidade por um movimento relacional e complexo. Algumas análises, nomeadamente as que se inspiram mais directamente na teoria política feminista, centram-se sobretudo no poder dos discursos mediáticos em hierarquizar, subordinar, excluir. Outros, mais inspirados nos estudos culturais, numa primeira fase, focaram de forma premente a questão da ideologia e numa segunda fase procuraram desconstruir a própria ideologia recorrendo ao conceito de discursividade foucauldiano (McRobbie, 1999). Os estudos de género, nomeadamente o feminismo, tiveram uma influência determinante quer na apropriação da parte dos estudos culturais do antihumanismo marxista de Althusser, quer na tentativa de definir o género como uma encenação quotidiana, em consonância com uma ontologia do presente foucauldiana. Além do mais, o feminismo foi absolutamente crucial para a promoção da cultura popular, nomeadamente dos media, ao estatuto de objecto de estudo respeitável.

Sob a influência de Althusser, o feminismo da década de 70 debruçou-se sobre os textos mediáticos como ‘aparelhos ideológicos’ que construía o sujeito feminino,

interpelando, neste processo, as leitoras no sentido de se identificarem com as narrativas apresentadas. As leitoras estariam imersas numa ‘falsa consciência’, necessitando de ser alertadas para a sua manipulação mediática por feministas mais elucidadas, à maneira do filósofo que ilumina as trevas da caverna platónica. Já o feminismo da década de 90, aderiu a uma visão mais fragmentada da identidade, distanciando-se do conceito de ‘falsa consciência’ marxista. Dada a impossibilidade de se escapar à discursividade – sendo o discurso feminista apenas mais um entre muitos outros discursos – o género assemelhar-se-ia a uma encenação ritualística divorciado de qualquer essência ‘feminina’ ou ‘masculina’ (Butler, 1993).

O género, no âmbito dos estudos culturais, poderá ser lido como um significante flutuante que remete para todos os outros significantes que são marginalizados pelo discurso cultural dominante. Não admira, assim, que ao lado do género, questões raciais e de classe tenham desempenhado um papel importante nos estudos culturais britânicos, operando por vezes em sintonia, por vezes em dissonância (Hall, 1992). Género, raça e classe constituem os fios condutores das análises metodológicas dos media, dividindo-se estas entre o estudo da economia política dos media e os estudos de recepção. Se a economia política dos media foca o modo como interesses económicos condicionam o conteúdo ideológico dos próprios media, influenciando os consumidores de forma directa, os estudos de recepção procuram devolver o poder aos próprios consumidores, ao relevar o modo como estes interpretam, de forma distinta, o conteúdo das mensagens que lhes são veiculadas de acordo com a especificidade do seu contexto situacional. Existe assim uma ligação ténue entre a liberdade dos espectadores na interpretação de mensagens e a hegemonia cultural: a liberdade de interpretação será sempre condicionada pelo enquadramento da mensagem transmitida, isto é, apesar de existir flutuação na significação, a mensagem estará sempre associada a uma significação preferencial, pelo que não pode ser definida como infinitamente conotativa (Hall, 1980). O espaço público de consenso e consentimento fornecido pelos media tem como função primordial assegurar a transmissão de uma significação preferencial que não anule outras significações: a negociação inerente ao processo hegemónico não se compadece de uma anulação do jogo de significação nem de uma redução à representatividade. É no interior desse espaço público que decorre uma mediação entre resistência e incorporação sob o pano de fundo de uma significação preferencial favorável à perpetuação da hegemonia dominante.

Nesta sessão esperamos, seguindo a melhor tradição dos estudos culturais, estar atentos à hegemonia anglo-saxónica desta disciplina, objectivo esse que implica indagar das possibilidades de se aplicar preceitos teóricos elaborados numa determinada conjuntura sócio-cultural a outros contextos com especificidades próprias. A análise crítica dessas especificidades permitirá reequacionar as problemáticas que distinguem aquela disciplina de um modo auto-reflexivo.

Referências:

Barthes, Roland (1973) *Mythologies*. Londres: Paladin.

Butler, Judith (1993) *Bodies that Matter*. Londres: Routledge.

Garnham, Nicholas (1995) “*Political economy and cultural studies: Reconciliation or divorce?*” *Critical Studies in Mass Communication*, 12: 62–71.

Hall, Stuart (1992) ‘*Cultural Studies and its Theoretical Legacies*’, in Lawrence Grossberg et al., (org.), *Cultural Studies*. Londres: Routledge.

Hall, Stuart (1980) ‘*Encoding and Decoding in Television Discourse*’, in Centre for Contemporary Cultural Studies (org.), *Culture, Media, Language*. Londres: Hutchinson.

Kellner, Douglas (s/d) “*Communications Vs. Cultural Studies: Overcoming the Divide*” in <http://www.uta.edu/huma/illuminations/kell.htm>

McRobbie, Angela (1999) *More “New Sexualities in Girls’ and Women’s Magazines’ in In the Culture Society: Art, Fashion and Popular Music*. Londres: Routledge.

Said, Edward (1993) *Culture and Imperialism: Nova Iorque: Vintage*.

Williams, Raymond (1973) ‘*Base and Superstructure in Marxist Cultural Theory*’, *New Left Review*, 82: 1-16.